



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 464, DE 2023
(Do Sr. Lucio Mosquini)

Susta os efeitos da Portaria nº 3.665, de 13 de novembro de 2023, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDL-405/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 2023
(Do Sr. Lucio Mosquini-MDB/RO)

Susta os efeitos da Portaria nº 3.665, de 13 de novembro de 2023, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos da Portaria nº 3.665, de 13 de novembro de 2023, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Edição da Portaria 3.665/2023 pelo Ministério do Trabalho e Emprego é, sob qualquer ponto de vista, um retrocesso na liberdade das relações de trabalho e no direito do empreendedorismo com danos irreparáveis nas relações econômicas e sociais. Ao contrário do que parece se apresentar, o dispositivo que ora propomos a revogação é o que se pode chamar no dito popular como: “lobo em pele de cordeiro”, pois se apresenta como uma medida que, aparentemente poderia trazer benefícios aos empregados e trabalhadores, mas que ao final não passa de uma armadilha que vai ocasionar demissões e perda da capacidade laboral de inúmeras áreas da prestação de serviços e de outras atividades econômicas em cadeias produtivas diversificadas. Chega a





ser risível, que, em um momento em que o país necessita de propulsão para aumentar a renda do trabalhador e o produto interno bruto (PIB), surja uma iniciativa dessa espécie que em nada contribui para a tranquilidade social e que certamente trata depreciação ao conjunto da economia.

As restrições impostas pelo malfadado ato administrativo impugnado, geram impactos econômicos em diversos setores da economia, principalmente no que diz respeito à produtividade e aos serviços disponíveis para a população durante os feriados.

Com efeito, devo registrar que os impactos decorrentes do ato normativo em comento são incomensuráveis e os prejuízos ficarão à conta de milhares de pais e mães de família. Motivada por uma ação administrativa sem as devidas cautelas institucionais — no meio de um emaranhado de informações e providências que pretendem colocar em prática — haverá um complexo processo de travamento na recuperação do emprego e do trabalho regulamentado. À despeito da melhor boa vontade de trato, fica evidente que tais medidas não se valeram de um preparo técnico efetivo, muito menos de capacidade operacional e material para dar conta de tantas implicações decorrentes.

Outro aspecto que precisa ser considerado é que a dita iniciativa não se valeu de consulta prévia aos interessados: os trabalhadores. É de entendimento lógico que na esmagadora maioria dos casos, os próprios trabalhadores irão preferir a oportunidade de receber horas extras ou benefícios adicionais ao trabalhar durante feriados com a certeza da manutenção dos seus empregos com direitos assegurados. Portanto, é fundamental buscar um equilíbrio racional entre a proteção dos direitos dos trabalhadores e a previsão operacional dos diferentes setores econômicos, com a visão do atendimento tanto aos interesses dos trabalhadores quanto às demandas do mercado e da sociedade em geral. Não há melhor política pública laboral que a oferta de trabalho e emprego, dignos, com a redução da mão de obra ociosa, este sim um mal que precisa ser aplacado por políticas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lucio Mosquini - MDB/RO

públicas racionais por parte de quem tem a responsabilidade institucional de estruturá-las.

Diante do exposto, e ciente que efeitos da Portaria nº 3.665, de 13 de novembro de 2023, do Ministério do Trabalho e Emprego causam profunda insegurança jurídica e social à política de geração de emprego do Brasil, com afronta à liberdade da atividade econômica, é que postulo a meus pares o acolhimento e ratificação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2023.

Deputado LUCIO MOSQUINI
MDB/RO

